



## NARRATIVAS AUTORITÁRIAS NA NOVA EXTREMA-DIREITA LATINO- AMERICANA: BOLSONARO, KAST E MILEI EM PERSPECTIVA

*Authoritarian Narratives in the New Latin  
American Far Right: Bolsonaro, Kast, and Milei in  
Perspective*

**Giovana Mylena Silva Soares\***

**Maria Cllara Barbieri Farinha Marrafa\*\***

**Recebido em: 11/03/2025**

**Aprovado em: 25/05/2025**

**Resumo:** Este artigo investiga como a extrema-direita na América Latina se apropria de legados autoritários para legitimar seus projetos políticos. Analisa-se como Jair Bolsonaro, José Antonio Kast e Javier Milei constroem narrativas que dialogam com os passados ditatoriais de seus países. Por meio de um estudo comparativo entre Brasil, Chile e Argentina, articula-se a historiografia dos regimes militares com a análise de discursos oficiais, redes sociais e programas de governo. A pesquisa baseia-se nos conceitos de negacionismo, conservadorismo moral e retórica antissistema, identificando padrões como a exaltação de um passado “heroico”, a criminalização de opositores, além da defesa de uma “restauração nacional”. Apesar das diferenças contextuais, salienta-se que os três líderes compartilham estratégias autoritárias, as quais enfraquecem a consolidação democrática. Com isso, busca-se contribuir para o debate sobre os riscos à democracia no Sul Global.

**Palavras-chave:** extrema direita; América Latina; autoritarismo.

**Abstract:** This article investigates how the far right in Latin America appropriates authoritarian legacies to legitimize its political projects. It analyzes how Jair Bolsonaro, José Antonio Kast, and Javier Milei construct narratives that engage with the dictatorial pasts of their respective countries. Through a

---

\* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF); Graduada em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: [giovanamylena@hotmail.com](mailto:giovanamylena@hotmail.com)

\*\* Mestranda em História Política e Social pelo Programa de Pós Graduação em História PPGH-UERJ. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Integrante e Bolsista PROATEC de apoio Técnico do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI). Email: [mariaemarrafa@gmail.com](mailto:mariaemarrafa@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3199-4135>



comparative study of Brazil, Chile, and Argentina, the research articulates the historiography of military regimes with the analysis of official speeches, social media content, and government programs. The study is grounded in the concepts of denialism, moral conservatism, and anti-establishment rhetoric, identifying patterns such as the glorification of a “heroic” past, the criminalization of opponents, and the advocacy of a so-called “national restoration.” Despite contextual differences, it is emphasized that the three leaders share authoritarian strategies that undermine democratic consolidation. Thus, the article seeks to contribute to the debate on the risks to democracy in the Global South.

**Keywords:** far right; Latin America; authoritarianism.

### Considerações iniciais

Nas últimas décadas, a América Latina tem sido palco de intensas transformações políticas, conforme analisado por Borón (2003), marcadas pelo embate entre forças progressistas e conservadoras. Nesse sentido, o avanço da extrema direita no continente não pode ser compreendido isoladamente, mas sim como um processo historicamente construído, enraizado nas experiências autoritárias do século XX e nas crises do modelo democrático (Forcheri, 2004). Grande parte dos países latino-americanos sofreram rupturas por meio de golpes militares, especialmente nas décadas de 1960 e 1970. A partir da década de 1980, com o fim do ciclo dos governos ditatoriais e o início da terceira onda de democratização as novas esquerdas latino-americanas abandonaram o caráter revolucionário e se converteram ao jogo democrático. Da mesma forma, as direitas buscaram se afastar da imagem autoritária das ditaduras e adentraram no novo contexto respeitando – a contragosto - as conquistas das novas democracias (Mendes, 2021, p. 264).

Entretanto, a redemocratização, ao mesmo tempo em que consolidou sistemas políticos mais abertos, também permitiu a manutenção e a expansão do neoliberalismo. A implementação dessas políticas foi conduzida por agremiações políticas identificadas com a direita ou por alianças compostas majoritariamente por partidos de orientação conservadora (Monte, 2022, p. 21). Em alguns países da região, a adoção dos postulados neoliberais conseguiu, num curto prazo,



estabilizar a inflação e até mesmo impulsionar o crescimento econômico. Contudo, os benefícios não se refletiram na esfera social. Pelo contrário, Borón (2003) analisa que muitos dos problemas estruturais já existentes foram intensificados, especialmente a desigualdade socioeconômica. As crises econômicas globais impactaram fortemente os países da América Latina, demonstrando a fragilidade do modelo neoliberal nos países subdesenvolvidos. Deste modo, Monte (2022) assinala que a promessa de que as políticas neoliberais trariam bem-estar social não se concretizou.

Diante desse cenário, sucessivas vitórias eleitorais de governos identificados com a esquerda deram início ao ciclo da *Onda Rosa*, reconfigurando o espectro político-ideológico da região. Entre os principais representantes desse movimento na América Latina estiveram Hugo Chávez, eleito na Venezuela em 1998 e reeleito em 2006 e 2012; Lula da Silva, eleito no Brasil em 2002 e reeleito em 2006; Néstor Kirchner, que assumiu a presidência da Argentina em 2003; Tabaré Vázquez, eleito no Uruguai em 2004 e reeleito em 2014; Evo Morales, que chegou ao poder na Bolívia em 2005 e foi reeleito em 2009 e 2014; José Mujica, que governou o Uruguai após vencer as eleições de 2009; e Dilma Rousseff, eleita no Brasil em 2010 e reeleita em 2014.

Embora esses governos tenham implementado políticas sociais significativas, a maior parte deles não conseguiu romper totalmente com os princípios neoliberais na economia. Cabe destacar que medidas pontuais foram adotadas para minimizar os impactos desse modelo, mas sem retirar seu protagonismo (Wasserman, 2010; Oliveira, 2020). Os países que tentaram agir de forma mais incisiva enfrentaram forte reação das grandes corporações e das nações do Norte Global, o que gerou desvalorização cambial e aumento da inflação, tal como pode ser observado com os casos da Venezuela e, mais recentemente, com a Argentina (Monte, 2022, p. 22).

Com o fim de quase duas décadas de predominância da esquerda na maior parte dos países latino-americanos, as sucessivas vitórias de candidatos de direita indicam uma nova e significativa reconfiguração do espectro político-ideológico



da região, marcada pela retomada de programas alinhados à agenda neoliberal. Todavia, Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023) ressaltam que, especialmente no início do século XXI, a América do Sul não enfrentava um cenário de recessão. Pelo contrário, milhões de pessoas estavam saindo da pobreza e da miséria, impulsionadas por políticas sociais implementadas pelos governos progressistas citados anteriormente.

Para Rosenmann (2013), o ponto de inflexão da guinada à direita na América Latina foi a eleição de Horacio Cartes, do conservador Partido Colorado, para a presidência do Paraguai em 2013, logo após o golpe parlamentar que destituiu Fernando Lugo em 2012. A partir daí, essa tendência se expandiu por diversos países da região, como Argentina, Peru, Chile, Uruguai, Brasil e Equador, além de ganhar força também em nações até então governadas hegemonicamente pela esquerda, como Venezuela e Bolívia, conforme analisa Araujo (2013). Nesse contexto, Luna e Kaltwasser (2014) destacam que a direita latino-americana demonstrou grande capacidade de resiliência ao longo das últimas décadas, reorganizando-se institucionalmente, atualizando seu discurso e adaptando-se às novas disputas políticas. A partir de 2015, esse movimento se intensificou, consolidando a chamada Onda Azul<sup>1</sup>, marcada pela ascensão de lideranças que resgataram discursos autoritários, relativizaram crimes das ditaduras e passaram a criminalizar opositores políticos.

Nesse contexto, observou-se uma crescente aceitação de pautas conservadoras, o que favoreceu a rearticulação de setores da extrema direita (Luna & Kaltwasser, 2014). Consequentemente, como pontuado por Mayer (2024), esses grupos passaram a ocupar espaços estratégicos no cenário político latino-americano, influenciando tanto a formulação de políticas públicas quanto

---

<sup>1</sup> A partir de meados da década de 2010, a América Latina vivenciou uma reversão política conhecida como “Onda Azul” ou “Onda Conservadora”, em contraste com a anterior “Onda Rosa”. O movimento foi impulsionado por escândalos de corrupção, crise econômica e insatisfação popular (Bratiliere; Viana, 2018). Países como Brasil, Argentina e Chile passaram a eleger lideranças conservadoras com agendas de austeridade e liberalização econômica (Lima; Pinheiro, 2020). Tal guinada acompanhou tendências globais, como a eleição de Trump e o avanço da extrema-direita na Europa, fortalecendo o discurso antissistema e o conservadorismo moral (Gold; Zagato, 2020).



o discurso dominante em amplos setores da sociedade. Outrossim, a extrema direita passou a explorar insistentemente as redes sociais e os meios de comunicação alternativos para difundir suas narrativas, ampliando seu alcance e mobilizando eleitores por meio de discursos polarizadores e desinformação (Ruediger, 2018). Dessa forma, o novo cenário político da América Latina sugere que a extrema direita se consolidou através da oposição à esquerda e da força capaz de disputar e ocupar o poder, promovendo mudanças estruturais alinhadas a seus interesses ideológicos.

Embora esse fenômeno seja relativamente recente na América Latina, apresenta-se em diferentes graus conforme o contexto de cada país (Lowy, 2015). Contudo, de maneira geral, esses grupos compartilham do conservadorismo fundamentado em valores morais e religiosos, no fortalecimento das forças de segurança e na contestação ao sistema político-democrático. Essa nova conjuntura pôde ser identificada na eleição de Jair Messias Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018, um ex-militar que utilizou um discurso nostálgico em relação à ditadura, associado a pautas conservadoras e ataques às instituições democráticas.

De modo semelhante, no Chile, as eleições de 2021 confirmaram essa tendência, com José Antonio Kast, candidato derrotado no segundo turno e representante da extrema direita, conquistando 44,13% dos votos (Monte, 2022, p. 289). Na Argentina, a ascensão de Javier Milei consolidou um novo capítulo no avanço da extrema direita latino-americana. Eleito em 2023, Milei se destacou por seu discurso radicalmente liberal nos costumes e na economia, aliado a uma retórica fortemente antidemocrática. Segundo Semán (2023) e Stefanoni (2021), Milei representa o *paleolibertarianismo*, uma vertente ultraliberal que combina defesa intransigente do livre mercado com valores morais ultraconservadores, posicionando-se contra o feminismo, os direitos sociais e as estruturas estatais. Essa ideologia associa liberalismo econômico extremo a pautas autoritárias e reacionárias, o que o diferencia de outras direitas tradicionais na região.



Com isso, sua retórica inclui a rejeição a políticas sociais, o desmonte de instituições públicas e uma reinterpretação do passado ditatorial argentino, negando a gravidade das violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar como a nova extrema direita latino-americana se apropria discursivamente de elementos autoritários do passado para fragilizar valores democráticos no presente.

A pergunta que orienta esta investigação é: *de que maneira os governos de Jair Bolsonaro, José Antonio Kast e Javier Milei dialogam com os legados das ditaduras militares em seus respectivos países?* Para isso, será elaborada a análise de três estudos de caso - Brasil, Chile e Argentina -, articulada a um balanço historiográfico e à análise de discurso político. Logo, a principal contribuição do artigo está em oferecer uma leitura crítica da reatualização simbólica do avanço do autoritarismo na América Latina, preenchendo uma lacuna historiográfica ao articular memória histórica, estratégias discursivas e dinâmicas de radicalização política no contexto contemporâneo.

### **Das Ditaduras à Redemocratização: antecedentes históricos da ascensão das novas direitas no Brasil, Chile e Argentina**

A compreensão da ascensão da extrema direita na América Latina exige um olhar atento sobre as raízes autoritárias que marcaram a trajetória política da região ao longo do século XX (Sanahuja; Burian; Vitelli, 2023). Entre as décadas de 1960 e 1980, países como Brasil, Chile e Argentina vivenciaram regimes ditatoriais sustentados pela lógica da Guerra Fria e pelos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Nesse cenário, a Revolução Cubana de 1959 representou um ponto de inflexão geopolítica. Conforme analisa Ricardo Mendes (2013, p. 8), a vitória do Movimento 26 de Julho e a implementação de reformas sociais profundas em Cuba despertaram o temor de que mudanças semelhantes pudessem se espalhar por outros países da região. Em resposta, os Estados Unidos intensificaram o apoio político, financeiro e militar a governos



autoritários latino-americanos, promovendo, assim, um modelo de controle estatal que associava repressão interna à contenção do socialismo. Esse contexto contribuiu decisivamente para a institucionalização de práticas autoritárias e para a naturalização do discurso antidemocrático em grande parte do continente.

A imposição de governos militares, conforme destacado por Mendes (2013), foi viabilizada por golpes de Estado apoiados diretamente pelos EUA em coalizão com parcelas da sociedade civil e com apoio dos partidos políticos de direita, que acreditavam que as intervenções militares eram uma forma de garantir a estabilidade do capitalismo na região. Para isso, Pereira (2010) destaca o investimento feito na formação de militares latino-americanos na Escola das Américas, uma instituição criada para difundir a doutrina anticomunista e treinar agentes de segurança na aplicação de técnicas de repressão. Diante disso, consolidou-se um aparato de perseguição sistemática que criminalizava qualquer forma de dissidência política, promovendo prisões arbitrárias, censura, tortura e execuções sumárias (Padrós, 2004).

No decorrer do século XX, o Cone Sul foi palco de sucessivos golpes de Estado que instauraram regimes autoritários ancorados no discurso de combate à ameaça comunista e de restauração da ordem institucional. Embora o golpe civil-militar de 1964 no Brasil seja amplamente reconhecido como um dos episódios mais emblemáticos desse ciclo autoritário, ele não constituiu o primeiro caso na região. O Paraguai já havia passado por um golpe em 1954, que levou Alfredo Stroessner ao poder, enquanto a Argentina vivenciou a deposição de Arturo Frondizi em 1962, o que denota a centralidade das Forças Armadas no jogo político latino-americano (Fico; Ferreira; Araújo, 2008). No Brasil, o golpe de 1964 resultou de uma articulação entre as Forças Armadas e setores conservadores da sociedade civil, especialmente a elite empresarial, o alto clero, tecnocratas e os grandes grupos de mídia. Como analisa Dreifuss (1981), essa coalizão formou um bloco de poder que, temendo as reformas de base propostas por João Goulart, articulou estratégias econômicas, ideológicas e logísticas para desestabilizar o governo.



A partir dessa aliança, constituiu-se uma frente civil-militar que não apenas rompeu com a ordem democrática, mas também instaurou um regime autoritário voltado à repressão política, à censura e à contenção de movimentos sociais (Napolitano, 2014). Nesse contexto de radicalização conservadora, a Revolução Cubana de 1959 exerceu papel catalisador: seu impacto simbólico e geopolítico intensificou os temores de Washington quanto à expansão do socialismo no continente e estimulou o reforço do apoio estadunidense a regimes autoritários na América Latina (Mendes, 2013).

O Chile seguiu trajetória semelhante, mas com um golpe militar mais violento em 1973, que resultou no bombardeio do Palácio La Moneda e na deposição de Salvador Allende. O regime de Augusto Pinochet contou com apoio dos Estados Unidos e foi caracterizado por repressão extrema, desaparecimentos forçados e torturas em centros clandestinos como Villa Grimaldi (Rouquié, 1984). Diferente do Brasil e da Argentina, o Chile adotou um modelo econômico ultraliberal promovido pelos Chicago Boys, que gerou crescimento de curto prazo, mas aprofundou desigualdades (González, 2019).

A Argentina, último país da América do Sul a sofrer um golpe, viveu sob regime militar a partir de 1976. No entanto, ainda mais brutal, com mais de 30 mil mortos e desaparecidos (Calveiro, 2008). Além da perseguição sistemática aos opositores, a ditadura argentina se destacou pelo sequestro e apropriação de bebês de presos políticos e pelos chamados voos da morte (Padrós, 2004). Diferente do Brasil, onde o golpe foi inicialmente apresentado como uma intervenção temporária, na Argentina os militares assumiram um projeto explícito de reestruturação nacional para eliminar qualquer possibilidade de retorno da esquerda ao poder.

A redemocratização na América Latina, entre as décadas de 1980 e 2000, inseriu-se no contexto da chamada “terceira onda de democratização”, impulsionada por crises econômicas, denúncias de violações de direitos humanos e pressões crescentes por abertura política (Silva, 2020). Nesse cenário, Juan J. Linz (1991) destaca que os processos de transição democrática na região foram



condicionados pela configuração dos regimes autoritários anteriores, pelo papel das Forças Armadas e pela capacidade de mobilização dos atores civis. Em colaboração com Alfred Stepan, o autor sistematiza essas trajetórias em três modelos: ruptura, reforma e pacto (Linz; Stepan, 1996). A transição por ruptura caracteriza-se pela cisão abrupta com o regime anterior; a reforma é conduzida gradualmente pelas elites autoritárias; e o pacto envolve negociações entre regime e oposição, com concessões mútuas em nome da estabilidade democrática.

À luz dessa tipologia, é possível identificar dinâmicas distintas nos países do Cone Sul. A Argentina seguiu um modelo de ruptura, impulsionado pela derrota na Guerra das Malvinas (1982), que precipitou o fim da ditadura e permitiu o julgamento das Juntas Militares, bem como a criação da CONADEP para apurar crimes de Estado (Silva, 2020; Wright, 2007). Ainda assim, pressões militares posteriores resultaram na aprovação das Leis do Ponto Final e da Obediência Devida, interrompendo os processos judiciais. No plano econômico, a política neoliberal implementada por Carlos Menem aprofundou desigualdades e culminou na crise de 2001 (Vasconcelos, 2013).

Já o Brasil e o Chile adotaram transições pactuadas, embora com arranjos distintos. No Brasil, a abertura foi conduzida “pelo alto”, sob o controle do próprio regime militar. A Lei da Anistia de 1979 garantiu impunidade aos agentes da repressão, e a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, marcou o fim formal da ditadura, mantendo, contudo, setores conservadores no poder, o que facilitou a adoção do neoliberalismo nos anos 1990 (Silva, 2020). O Chile, por sua vez, experimentou uma das ditaduras mais repressivas e longevas do continente, instaurada em 1973 e encerrada somente em 1990. A transição foi condicionada pelo plebiscito de 1988, que rejeitou a continuidade de Pinochet, seguido pela eleição presidencial de 1989. Ainda assim, a redemocratização ocorreu sob regras estabelecidas pelo próprio regime autoritário, notadamente pela Constituição de 1980, que garantiu aos militares mecanismos de tutela institucional (Roniger; Sznajder, 2004, p. 104).



Apesar das diferentes trajetórias de transição, Brasil, Argentina e Chile conservaram traços estruturais dos regimes autoritários e adotaram, em maior ou menor grau, políticas neoliberais nas décadas posteriores à redemocratização. Essa combinação produziu um modelo de democracia liberal fragilizada, marcado pela impunidade de agentes do passado ditatorial, pela precarização das políticas sociais e por uma representação política frequentemente distante das demandas populares. Conforme argumentam Linz e Stepan (1996), a consolidação democrática exige não apenas eleições livres, mas também o desmantelamento efetivo dos enclaves autoritários, o que, em boa medida, não se verificou nesses países.

Nesse contexto de frustração social, deslegitimação das instituições e esvaziamento do pacto democrático, emergem lideranças de extrema direita que se aproveitam do desencanto coletivo para construir um discurso de ruptura com o sistema político vigente. Bolsonaro no Brasil, Kast no Chile e Milei na Argentina canalizam o ressentimento popular contra elites políticas e intelectuais, ao mesmo tempo em que resgatam elementos autoritários do passado, como o revisionismo histórico, o moralismo punitivista e o anticomunismo, para justificar propostas de recentralização do poder, desmonte do Estado e ataque a direitos civis. Assim, ao explorar as brechas deixadas pelas transições incompletas e pelos efeitos sociais do neoliberalismo, esses atores contribuem para uma nova forma de radicalização política, que ameaça os fundamentos do regime democrático e reabilita símbolos autoritários sob uma nova roupagem discursiva.

### **A extrema direita na América Latina**

A ascensão contemporânea da extrema direita tem mobilizado um intenso debate acadêmico em torno de suas características ideológicas, transformações históricas e efeitos sobre a democracia liberal. Inicialmente fortalecida na Europa Ocidental nas décadas de 1980 e 1990, em um processo descrito por Ignazi (2003) como a “normalização da direita radical”, essa tendência expandiu-se para a América do Norte e, mais recentemente, para a América Latina, desafiando a



crença de que a consolidação da democracia liberal garantiria estabilidade institucional e contenção dos extremismos (Runciman, 2018).

| 19

Cas Mudde (2021) interpreta esse processo como parte de uma “quarta onda da direita radical populista”, caracterizada pela articulação entre nativismo, autoritarismo e populismo antielitista. Essa nova configuração passou a ocupar posições centrais no sistema político, influenciando partidos tradicionais, reconfigurando discursos públicos e tensionando as estruturas democráticas. Diante desse cenário, torna-se crucial investigar os fatores que favorecem sua disseminação e as formas específicas que ela assume em distintos contextos geopolíticos, especialmente nas democracias do Sul Global, como as da América Latina.

Fukuyama (1992), ao propor a tese do “fim da história”, argumentou que a democracia liberal representaria a culminação da evolução política da humanidade. Contudo, a ascensão da extrema-direita contradiz essa previsão, demonstrando que, longe de consolidada, a democracia continua a enfrentar desafios significativos. Runciman (2018) reforça essa perspectiva ao destacar como as democracias contemporâneas, embora formalmente estáveis, são permeáveis a crises internas que abrem espaço para lideranças autoritárias. Além disso, esses líderes, ao se apresentarem como *outsiders* políticos, exploram o descontentamento social e minam as instituições democráticas por dentro, enfraquecendo sua estrutura e tornando-se uma ameaça à ordem democrática (Maschietto, 2024).

Para compreender esse fenômeno, é necessário considerar a distinção conceitual entre direita e extrema-direita. Norberto Bobbio (1995; 2022) argumenta que as categorias de “direita” e “esquerda” não são fixas nem absolutas, mas construções relativas que se transformam ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos. Embora a oposição entre ambas seja uma constante, os valores e princípios que as definem variam conforme as conjunturas políticas e sociais. Bobbio enfatiza que a direita reacionária, um dos segmentos da extrema-direita, se caracteriza pela rejeição da igualdade e pelo uso da



violência como ferramenta política. Assim, enquanto a esquerda busca a igualdade como princípio estruturante da organização social, a direita reacionária defende a hierarquia e a exclusão de determinados grupos como valores fundamentais.

Dentro desse espectro, a direita reacionária se destaca por ser, simultaneamente, anti-igualitária e antilibertária, ou seja, não apenas recusa a democratização das condições sociais, como também rejeita a liberdade política quando esta ameaça a manutenção da ordem estabelecida. Essa concepção de Bobbio contribui para esclarecer a heterogeneidade da direita ao longo da história, permitindo compreender como grupos mais moderados, como os liberais, podem coexistir dentro do mesmo campo político que setores mais extremistas, como os neofascistas e neonazistas (Bobbio, 2022, p. 7). Dessa forma, a categorização da direita precisa ser analisada de maneira contextual, levando em conta as transformações ideológicas e as estratégias discursivas adotadas por esses movimentos para se legitimarem no debate público.

No que tange às suas distintas facetas, Francisco Carlos Teixeira da Silva destaca que um elemento central nos discursos da extrema-direita contemporânea é a negação dos vínculos com o fascismo e a afirmação de uma identidade singular. Essa estratégia busca dissociar esses grupos das experiências totalitárias do século XX, apresentando-se como defensores da democracia, apesar de sua inclinação autoritária (Silva, 2000, p. 116). Tal tática discursiva fortalece a aceitação social de suas pautas, afastando a pecha de radicalismo e tornando suas propostas mais aceitáveis para setores conservadores da sociedade. Esse revisionismo histórico permite que movimentos extremistas adotem uma roupagem institucional, garantindo-lhes espaço político sem que sejam rotulados como ameaças à democracia.

Além disso, é fundamental compreender a diversidade interna da chamada nova direita. Como aponta Mudde (2022), termos como “ultradireita”, “direita radical” e “extrema-direita” não são sinônimos, pois refletem diferentes graus de adesão aos princípios democráticos. A direita radical, segundo sua definição



clássica, pode atuar dentro da ordem democrática, ainda que conteste valores como pluralismo, multiculturalismo e direitos de minorias. Já a extrema-direita, por sua vez, tende a rejeitar frontalmente os fundamentos do regime democrático, promovendo soluções autoritárias para questões sociais e políticas. No entanto, ainda sob a óptica do autor, essa distinção tem se tornado progressivamente mais difusa na prática política recente. Mudde (2022) argumenta que há um processo de hibridização entre direita radical e extrema-direita, no qual os limites teóricos se embaralham à medida que líderes e movimentos transitam entre discursos democráticos formais e práticas abertamente antidemocráticas. Assim, torna-se ainda mais urgente adotar critérios analíticos rigorosos que permitam identificar as diferentes formas de atuação desses grupos em contextos políticos específicos, contribuindo para uma análise mais precisa e contextualizada do fenômeno.

Outro aspecto essencial na compreensão desse espectro político é sua disseminação global e a maneira como se adapta às especificidades de cada país. Levitsky e Ziblatt (2018) destacam que os movimentos de extrema direita não apresentam uma agenda uniforme, mas sim configurações diversas e, por vezes, contraditórias. Enquanto algumas lideranças adotam um discurso ultraliberal na economia, como é o caso de Javier Milei na Argentina, outras defendem políticas protecionistas e nacionalistas, como Donald Trump nos Estados Unidos e Marine Le Pen na França. Essa heterogeneidade revela que a extrema direita não constitui um fenômeno monolítico, mas sim um conjunto de forças políticas que compartilham elementos ideológicos comuns, como o nacionalismo exacerbado, a rejeição à diversidade sociocultural, o autoritarismo simbólico e a ênfase na restauração da ordem social tradicional.

Vale ressaltar que, embora a maioria dos estudos sobre a extrema-direita tenha se concentrado no contexto europeu e norte-americano, e existam diferenças relevantes quando se observa esse fenômeno na América Latina, é importante evitar generalizações excessivas. Como argumentam Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023), os fatores que impulsionam a ascensão da extrema-direita na região não podem ser analisados apenas pelas lentes do Norte



Global. De fato, na América Latina, elementos como o saudosismo autoritário, a religiosidade política e o papel das Forças Armadas assumem protagonismo, o que difere de contextos como o europeu, onde a crise migratória e o nacionalismo econômico predominam (Lowy, 2015; Barbosa, 2008).

Em contrapartida, como demonstra o caso do partido Vox, na Espanha - cuja relação ambígua com o franquismo e cuja defesa do nacionalismo espanhol se destacam, também no Norte Global há experiências autoritárias que informam o discurso da nova direita. Além disso, Ariel Goldstein (2022) ressalta que, apesar das especificidades regionais, as direitas radicais vêm demonstrando uma crescente capacidade de articulação internacional, estabelecendo redes discursivas e estratégicas que conectam experiências distintas sob uma agenda autoritária global.

Essa particularidade se manifesta na forma como as extremas-direitas latino-americanas se apropriam da memória autoritária para justificar sua agenda política. Sanahuja e López Burian (2020) abordam que a relação histórica da América Latina com governos militares molda a nova direita da região, tornando aceitável e até desejável a politização das forças armadas. O saudosismo das ditaduras fortalece discursos que defendem a ordem e a repressão como meios legítimos de controle social, o que facilita a reintrodução de práticas autoritárias sob a aparência de defesa da estabilidade nacional. Dessa maneira, o militarismo é utilizado como ferramenta de governabilidade e instrumento para impor restrições a setores opositores dentro da sociedade. No Brasil, por exemplo, Bolsonaro frequentemente homenageia figuras da ditadura militar, como o coronel Brilhante Ustra, enquanto defende abertamente a atuação política das Forças Armadas como garantidoras da ordem democrática. No Chile, Kast relativiza os crimes cometidos pelo regime de Pinochet e defende o seu legado econômico e securitário.

A extrema-direita contemporânea, portanto, não pode ser compreendida como um fenômeno homogêneo. Trata-se de um conjunto de movimentos e lideranças que compartilham elementos ideológicos comuns, como o



nacionalismo e a rejeição ao multiculturalismo, mas que apresentam variações importantes em termos de estratégias e agendas políticas. Essas diferenças são influenciadas por fatores históricos, culturais e econômicos específicos de cada país, moldando suas formas de atuação e mobilização. Além disso, a ascensão desses grupos tem sido impulsionada pelo uso estratégico das redes sociais, que ampliam a disseminação de discursos populistas e facilitam a articulação de seguidores em diferentes contextos.

### **Da Onda Rosa à Ascensão da Extrema Direita**

O início dos anos 2000, conforme analisado por Wasserman (2010) foi marcado por mudanças significativas no cenário político e econômico global, com reflexos diretos na América Latina. A crise do modelo neoliberal implementado na década de 1990 resultou em um aumento da pobreza, no aprofundamento da desigualdade social e na fragilização dos Estados nacionais, que foram severamente enfraquecidos por políticas de privatização e desregulamentação econômica. De acordo com Monte (2022, p. 122), a recessão econômica e os seus efeitos escancararam as falhas estruturais desse modelo, gerando um ambiente propício para a ascensão de governos que propunham uma reconfiguração do papel do Estado na economia e na promoção de políticas sociais.

Nesse contexto, emergiu a chamada *Onda Rosa*, um fenômeno político caracterizado pela chegada ao poder de líderes progressistas comprometidos com a ampliação dos direitos sociais e a contestação ao receituário neoliberal, inaugurando um novo ciclo político na região (Chaves; Barret; Rodríguez; 2008). Tal fenômeno foi protagonizado por uma série de líderes latino-americanos que, apesar de suas diferenças ideológicas e estratégias de governo, compartilharam o compromisso com a redistribuição de renda, o fortalecimento do Estado e a ampliação dos direitos sociais (Monte, 2022, p. 285; Oliveira, 2020). Entre os principais representantes desse movimento, destacam-se Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002-2010), Hugo Chávez na Venezuela (1998-2013), Néstor e Cristina Kirchner na Argentina (2003-2015), Evo Morales na Bolívia (2006-



2019), Rafael Correa no Equador (2007-2017), Michelle Bachelet no Chile (2006-2010 e 2014-2018) e José Mujica no Uruguai (2010-2015).

| 24

Esses governos promoveram políticas de combate à desigualdade, fortaleceram mecanismos de participação popular e buscaram consolidar uma integração regional baseada em princípios de solidariedade e cooperação (Wasserman, 2010, p. 36-37). Para tanto, Oliveira (2020, p. 186) mostra que tais lideranças de esquerda ampliaram o papel das instituições públicas na provisão de serviços essenciais, implementaram programas de transferência de renda e incentivaram o desenvolvimento econômico por meio do investimento estatal em infraestrutura e setores estratégicos. Logo, dentre as características comuns aos governos da Onda Rosa, destaca-se o fortalecimento do Estado como agente regulador da economia e promotor do bem-estar social.

Entretanto, apesar das conquistas significativas na redução da pobreza e na ampliação dos direitos sociais, a Onda Rosa também enfrentou desafios estruturais que não foram plenamente resolvidos. A dependência da exportação de commodities, como petróleo, soja e minérios, manteve a vulnerabilidade econômica da região, tornando os países suscetíveis às oscilações do mercado global (Oliveira, 2020). Ressalta-se que crescimento econômico registrado nos primeiros anos desses governos esteve fortemente atrelado ao *boom das commodities*, cujo declínio, a partir de 2013, gerou crises fiscais e aumento do endividamento público, fragilizando a sustentação das políticas sociais (Monte, 2022).

Adicionalmente, a permanência de políticas conservadoras e a resistência das elites econômicas dificultaram a promoção de reformas estruturais, limitando a capacidade de transformação desses governos. Aponta-se, deste modo, para o final do ciclo “progressista” na América Latina (Gaudichaud, 2016; Oliveira, 2020). Portanto, apesar dos avanços sociais promovidos pela Onda Rosa, os desafios econômicos e institucionais criaram um ambiente propício para a ascensão de forças políticas conservadoras, que nos anos seguintes



protagonizariam a chamada Onda Azul, marcada pelo retorno da direita ao poder na América Latina.

### **Um projeto em execução: a ascensão do discurso da extrema direita na América Latina**

A radicalização do discurso político e o avanço da extrema direita na América Latina têm sido fenômenos marcantes na última década, impulsionados por uma combinação de crise econômica, descontentamento popular e estratégias eficazes de comunicação digital. Além disso, o crescimento de lideranças que adotam retóricas ultraconservadoras, antissistêmicas e polarizadoras revela como amplos setores da população passaram a enxergar nesses discursos uma alternativa ao status quo, refletindo um descontentamento generalizado com as instituições tradicionais e a busca por novas formas de representação política.

Conforme aponta Esther Solano (2019), o fenômeno analisado não está restrito a um único contexto. Em outras palavras, a nova direita soube explorar a insatisfação e a desesperança da população, utilizando a promessa de mudança como estratégia eficaz. Enquanto isso, seus opositores estavam preocupados com os desafios relacionados à governabilidade e, nesse sentido, desgastados por um sistema institucional em crise, o que favoreceu a ascensão de uma retórica antissistema em escala global (Solano, 2019). A esse respeito, Tereza Dulci e Patrícia Mechi (2023), na obra *Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe* enfatizam que:

Este fenômeno tem sido desafiador para aqueles que procuram explicá-lo e combatê-lo. Não é restrito à América Latina e o Caribe e se desenvolve em boa parte do mundo, mas, apesar das particularidades regionais ou nacionais, são muitas as simetrias que podem ser identificadas em nossa região (Dulci; Mechi, 2023, p.10).



Dentre os principais aspectos que apontam tais simetrias, a historiografia destaca: o discurso antissistema, o negacionismo histórico, o conservadorismo moral e os ataques às instituições democráticas (Sanahuja et al., 2023; Zanotti; Roberts, 2021). Essas características não são apenas traços individuais, mas fazem parte de um fenômeno político transnacional que se manifesta com peculiaridades locais. Para Ziblatt (2017) e Mudde (2022), o discurso antissistema é um dos pilares da retórica de extrema direita, pois constrói sua identidade política em oposição às elites políticas tradicionais, associadas à corrupção e ao distanciamento dos “valores autênticos” da sociedade.

Ademais, a rejeição às instituições democráticas, frequentemente acusadas de serem ineficientes ou dominadas por elites progressistas, também serviu como combustível para o fortalecimento de políticos de extrema direita, que se apresentam como figuras dissidentes, mesmo quando possuíam histórico na política convencional. Tendo como base as premissas supracitadas, defende-se que – para além do contexto mundial de ascensão da extrema direita - a insatisfação com partidos tradicionais, a percepção de corrupção generalizada e a deterioração das condições socioeconômicas foram fatores que impulsionaram candidaturas de figuras como Jair Bolsonaro, no Brasil, e Javier Milei, na Argentina; além de fortalecer a campanha de José Antonio Kast no Chile (Kaltwasser et al., 2024, p. 4), que, embora tenha sido derrotado, demonstrou o crescimento da extrema direita no país.

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro representou um marco na ascensão desse espectro político na região. Beneficiado pelo desgaste do Partido dos Trabalhadores após anos de investigações da Operação Lava Jato (Dieguez, 2021, p. 27) e pela insatisfação generalizada com a classe política, o ex-capitão reformado das Forças Armadas construiu sua campanha com base em um discurso antipetista, conservador nos costumes e agressivo contra opositores. Sua retórica de enfrentamento e a promoção de valores ligados à ordem, à segurança pública e à família tradicional cativaram milhões de eleitores, especialmente nas camadas mais conservadoras da sociedade.



Na visão de Ibrahim (2021, p. 25), cinco dimensões centrais explicam a vitória de Bolsonaro. Em primeiro lugar, destaca-se o antipetismo, intensamente difundido por setores empresariais e midiáticos. Soma-se a isso o elitismo histórico-cultural presente em segmentos da classe média e em camadas populares em ascensão, que viam em Bolsonaro uma ruptura com a política tradicional. O apoio das lideranças evangélicas também foi decisivo, reforçando o papel do dogma religioso na campanha. Adiciona-se a isso o sentimento antissistema e a descrença nas instituições democráticas que ficaram evidentes no alto número de abstenções e votos inválidos. Por fim, o uso estratégico das redes sociais permitiu a ampla disseminação de desinformação e discursos radicais, contribuindo para moldar o imaginário político do eleitorado.

Um outro ponto a ser considerado é que o ex-presidente sempre deixou explícito o seu saudosismo e apoio ao período ditatorial brasileiro.<sup>2</sup> No que tange à disputa pela memória da ditadura militar, Azevedo (2024, p. 20) observa que Jair Bolsonaro sempre assumiu uma postura de exaltação ao regime e de negação dos crimes cometidos pelo Estado naquele período. Assim como a vice-presidente argentina Villarruel, Bolsonaro sustenta a narrativa de que os militares apenas cumpriram seu dever ao defender o país contra o comunismo. Essa reinterpretação do passado foi reiterada em 31 de março de 2022, quando o ex-presidente declarou, ao comemorar o golpe de 1964, que a memória daqueles tempos representa uma “luta do bem contra o mal”, revelando o uso ideológico da história para legitimar projetos autoritários no presente.

Durante o mandato presencial, Bolsonaro aprofundou o uso de um discurso negacionista em relação a temas como a pandemia de COVID 19, o aquecimento global e os direitos humanos, além de incentivar a militarização de sua administração. Nesse sentido, Azevedo (2024) e Kaltwasser et al. (2024)

---

<sup>2</sup> G1. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos. *G1.com*, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml>. Acesso em: 08 mar. 2025.



abordam que a postura conflituosa em relação à imprensa<sup>3</sup> e ao Poder Judiciário, bem como sua insistência na tese de fraude eleitoral sem provas, refletiu uma estratégia de deslegitimação das instituições democráticas<sup>4</sup> e fomentou um ambiente político de instabilidade, que culminou no fatídico 8 de janeiro de 2023. Com isso, evidencia-se como o discurso negacionista e a contestação sistemática do aparato democrático desmantelou a confiança na ordem constitucional e pavimentaram o caminho para a radicalização de setores da sociedade. Logo, o desdobramento desse processo, marcado pela invasão das sedes dos Três Poderes, demonstra os riscos da nossa frágil democracia.

No cenário político chileno, José Antonio Kast consolidou-se como uma das principais figuras da nova direita radical na América Latina, especialmente com sua candidatura presidencial em 2021. Sua trajetória política é marcada por um viés ultraconservador e por vínculos familiares com o nazismo, uma vez que seu pai foi filiado ao partido nazista.<sup>5</sup> Essa ligação, somada a suas declarações públicas, demonstram sua admiração pelo regime militar chileno e sua disposição em resgatar elementos do legado autoritário de Augusto Pinochet (Zanotti, 2023).

O alinhamento de Kast com a ditadura chilena tornou-se ainda mais explícito durante sua campanha para as eleições legislativas de 2017, quando declarou que, caso Pinochet estivesse vivo, votaria nele.<sup>6</sup> Essa afirmação não

---

<sup>3</sup>SENADO FEDERAL. Jornalistas denunciam aumento de ataques à imprensa durante governo Bolsonaro. *Senado Notícias*, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/15/jornalistas-denunciam-aumento-de-ataques-a-imprensa-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 08 mar. 2025.

<sup>4</sup>VEJA. PGR: Bolsonaro começou ataques à democracia após Lula se tornar elegível. *Veja*, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/pgr-bolsonaro-comecou-ataques-a-democracia-apos-lula-se-tornar-elegivel>. Acesso em: 09 mar. 2025.

<sup>5</sup>EL PAÍS. Eleições no Chile: investigação prova que o pai do presidente chileno José Antonio Kast foi membro do partido nazista. *El País Brasil*, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-09/investigacao-prova-que-o-pai-do-presidenciavel-chileno-jose-antonio-kast-foi-membro-do-partido-nazista.html>. Acesso em: 02 mar. 2025.

<sup>6</sup>CNN CHILE. José Antonio Kast: "Si Pinochet estuviera vivo votaría por mí." *CNN Chile*, 9 nov. 2017. Disponível em: <https://www.24horas.cl/politica/elecciones2017/jose-antonio-kast-por-pinochet-si-estuviera-vivo-votaria-por-mi-2557292>. Acesso em: 02 mar. 2025.



apenas reforçou sua proximidade ideológica com o regime autoritário que governou o Chile por 17 anos e deixou aproximadamente 40 mil vítimas, como também indicou sua tentativa de legitimar essa experiência antidemocrática. Vommaro (2023) destaca que ao afirmar que o golpe de 11 de setembro de 1973 foi um ato das Forças Armadas para “salvar o povo chileno”<sup>7</sup>, Kast resgatou a narrativa revisionista, buscando reconfigurar a memória histórica e relativizar as violações aos direitos humanos cometidas pelo regime.

Mais recentemente, na Argentina, Javier Milei consolidou essa tendência ao vencer as eleições presidenciais de 2023, derrotando o candidato Sergio Massa, ex-ministro da Fazenda e membro do peronismo, grupo tradicional de centro-esquerda (Azevedo, 2024). O atual presidente argentino contestou o número de vítimas da ditadura militar (Barbon, 2023), de modo a evidenciar o alinhamento com discursos revisionistas sobre esse período histórico.<sup>8</sup> Sua escolha para a vice-presidência, Victoria Villarruel, reforça essa perspectiva, uma vez que ela é amplamente reconhecida por suas declarações negacionistas, pela crítica às reparações concedidas às vítimas do regime e por seu vínculo familiar com membros da alta cúpula militar da ditadura (Lucena, 2023).

Na perspectiva de Lucas Azevedo (2004), a esteira de sua formação acadêmica e profissional, Javier Milei consolidou-se inicialmente como economista graduado pela Universidade de Belgrano, onde abraçou os preceitos da Escola Austríaca e articulou críticas severas ao intervencionismo estatal em obras como *Libertad, libertad, libertad* (Milei & Giacomini, 2019) e *Pandemonics* (Milei, 2020) (Bonnet, 2024). Sua trajetória ganhou projeção ao adotar um perfil de outsider midiático, animando debates em programas

---

<sup>7</sup> T13. [VIDEO] José Antonio Kast: "A Allende lo derrocó el pueblo, no las Fuerzas Armadas". *T13 Chile*, 18 out. 2017. Disponível em: <https://www.t13.cl/videos/programas/en-buen-chileno/video-jose-antonio-kast-allende-derroco-pueblo-no-fuerzas-armadas>. Acesso em: 10 mar. 2025.

<sup>8</sup> PÁGINA 12. Javier Milei dijo que no hubo "30.000 desaparecidos sino 8.753" durante la dictadura. *Página 12*, 1º out. 2023. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/593772-milei-dijo-que-no-hubo-30-000-desaparecidos-sino-8-753-duran>. Acesso em: 04 mar. 2025.



televisivos e viralizando discursos antissistema nas redes sociais em meio ao agravamento da crise inflacionária argentina (2018–2022 (Caruncho, 2024).

| 30

Em 2018, fundou o Partido Libertário e, apesar de obter resultado marginal nas eleições presidenciais daquele ano, capitalizou sua visibilidade na coalizão La Libertad Avanza, alcançando 17 % dos votos na Cidade de Buenos Aires em 2021 e elegendo-se deputado nacional pela primeira vez (Caruncho, 2024). Essa ascensão parlamentar, alicerçada no descontentamento de jovens urbanos e setores empresariais, pavimentou o caminho para sua vitória no pleito presidencial de 2023, quando promoveu uma ruptura com as estruturas partidárias tradicionais e explorou o esgotamento do ciclo peronista (Azevedo, 2024, p. 14).

Já no momento da transição ao exercício do poder, aponta Azevedo (2024), Milei enfrentou o desafio de traduzir seu programa “paleolibertário” em políticas públicas exequíveis. Entre suas diretrizes mais radicais destacam-se o fechamento do Banco Central, concebido como medida de “competição monetária”, e a regulamentação do mercado de órgãos humanos, ao passo que manteve postura contrária à legalização do aborto. Especialistas advertiram, contudo, sobre a insuficiência de dólares nas reservas para uma dolarização ordenada e as limitações constitucionais de sua proposta de extinção da autoridade monetária, ressaltando o risco de choque econômico e a necessidade de correção fiscal prévia. Além disso, a ausência de maioria no Congresso e a fragilidade estrutural de sua coalizão, com apenas 38 deputados e oito senadores em um Legislativo adverso, impuseram a busca de plebiscitos e negociações com opositores, sobretudo num contexto de forte mobilização sindical e governadores peronistas hostis ao seu projeto de Estado mínimo (Lissardy, 2023).

Durante a campanha, Milei comprometeu-se com a privatização em larga escala de setores estratégicos, incluindo saúde e educação, defendeu a adoção da dolarização plena da economia argentina e propôs a alienação de empresas



estatais (El País, 20 nov. 2023)<sup>9</sup>. No campo da segurança pública, apresentou uma política de “tolerância zero” ao crime, com a redução da maioria penal para 14 anos e a transferência da gestão dos presídios para as Forças Armadas (El País, 20 nov. 2023). Ademais, posicionou-se contrariamente à demarcação de terras indígenas, revogando a Lei de Emergência Territorial Indígena (Lei 26.160), dissolvendo órgãos de apoio às comunidades originárias<sup>10</sup> e anunciando a intenção de punir manifestantes que promoviam bloqueios de rodovias com o corte de benefícios sociais (AP News, 13 dez. 2023)<sup>11</sup>.

Entretanto, para a devida compreensão dessas propostas é imperioso examiná-las à luz do passado autoritário argentino. Ainda que Milei próprio haja evitado referências explícitas ao regime militar de 1976–1983, sua retórica de “ruptura” e a escolha de assessores com simpatias revisionistas ecoam discursos que relativizam ou negam os crimes de lesa-humanidade perpetrados naquele período<sup>1</sup>. Essa omissão de posicionamento claro acerca das violações sistemáticas de direitos humanos ameaça enfraquecer a memória coletiva e os mecanismos de justiça de transição que se construíram para assegurar o aforamento do princípio do “nunca mais” (Etchegoyen, 2010);

Assim, torna-se indispensável aprofundar a análise crítica do vínculo entre as políticas ultraliberais e ultranacionalistas de Milei e os vestígios autoritários legados pelas ditaduras, de modo a interrogar se tais medidas representam mera reiteração de um projeto de Estado mínimo ou constituem um movimento revisionista que, ao legitimar práticas repressivas e desconsiderar o passado ditatorial, mina os pilares da democracia liberal. Assim, pelas razões

---

<sup>9</sup> BBC NEWS BRASIL. Milei vence: quais são as principais ideias do novo presidente da Argentina. *BBC News Brasil*, 19 nov. 2023.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ed1pnzyxz2yo>. Acesso em: 08 mar. 2025.

<sup>10</sup> In Milei’s Argentina, Indigenous Rights Are Rolled Back for Profits. Disponível em: [https://www.passblue.com/2025/05/20/in-mileis-argentina-indigenous-rights-are-rolled-back-for-profits/?utm\\_source](https://www.passblue.com/2025/05/20/in-mileis-argentina-indigenous-rights-are-rolled-back-for-profits/?utm_source). Acesso em 2 jun 2025.

<sup>11</sup> Argentina’s president announces economy deregulation as thousands protest against austerity. Disponível em: [https://apnews.com/article/argentina-javier-milei-protests-economy-social-groups-c1b7d6506769f1331c37db6e16fe29a1?utm\\_source](https://apnews.com/article/argentina-javier-milei-protests-economy-social-groups-c1b7d6506769f1331c37db6e16fe29a1?utm_source). Acesso em 2 jun 2025.



mencionadas, seu estilo combativo e declarações controversas geraram comparações com outros líderes da extrema direita, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, reforçando a internacionalização desse movimento ultraconservador.<sup>12</sup>

Enfim, o avanço da extrema direita na América Latina reflete um fenômeno global no qual o descontentamento com a política tradicional e a crise das democracias representativas abriram espaço para discursos autoritários e polarizadores. Tendo como referência Kaltwasser, Espinoza, Meléndez, Tanscheit e Zanotti (2024), é necessário pontuar que nos três países mencionados: Argentina, Brasil e Chile, os eleitores alinhados à “direita radical” apresentam níveis significativamente inferiores de adesão aos princípios democráticos, posicionam-se de modo conservador em relação a direitos reprodutivos e à união de pessoas do mesmo sexo, defendem a redução do papel do Estado na economia e a liberalização dos mercados, exigem políticas repressivas de segurança pública, adotam posturas contrárias às pautas feministas e manifestam reservas quanto à imigração.

Embora tais traços ideológicos se façam presentes em todos os casos, a intensidade de mobilização varia: na Argentina, observa-se uma ênfase mais pronunciada na crítica às instituições políticas tradicionais; no Brasil, predomina o discurso de combate ao “politicamente correto”; e no Chile, destaca-se a vinculação desses temas a méritos de ordem econômica e à estabilidade social. Ademais, em todos os contextos, esses eleitores recorrem com maior frequência a plataformas digitais, notadamente Twitter, Facebook, Instagram e TikTok, como uma das principais fontes de informação política, perfil que contrasta com o padrão de consumo de mídia observado nos cidadãos que rejeitam esse campo político (Kaltwasser et al., 2024, p. 41).

---

<sup>12</sup> CORREIO BRAZILIENSE. Javier Milei, o ‘Bolsonaro argentino’, lidera eleições primárias. *Correio Braziliense*, 13 ago. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2023/08/5116847-javier-milei-o-bolsonaro-argentino-lidera-eleicoes-primarias.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.



A intensificação da radicalização do debate público, impulsionada pelo uso estratégico das redes sociais, tem sido fundamental para a consolidação de lideranças que manipulam o medo, o ressentimento e a indignação popular como ferramentas políticas. Essas figuras capturam o descontentamento social, bem como canalizam em narrativas polarizadoras que fragilizam o tecido democrático e deslegitimam as instituições. Dessa forma, seu impacto na reconfiguração do cenário político latino-americano já é inegável, influenciando discursos, políticas e estratégias de mobilização.

### **Considerações finais**

Para compreender de modo integral o avanço da extrema-direita na América Latina, faz-se imperioso reconhecer que o processo de redemocratização, ainda que tenha assegurado a restauração de marcos institucionais minimamente plurais, não logrou extirpar por completo os vestígios autoritários herdados dos regimes militares (Linz & Stepan, 1996). Outrossim, o aprofundamento das reformas neoliberais e as crises econômicas reiteradas, associadas à crescente insatisfação com as elites partidárias tradicionais, geraram um terreno fértil para o surgimento de lideranças que instrumentalizam o mal-estar social por meio de retóricas moralizantes e polarizadoras. Nesse cenário, tais movimentos recorrem a narrativas conservadoras e nacionalistas, relativizando ou negando os crimes de lesa-humanidade perpetrados pelas ditaduras, além de adotarem estratégias que se chocam frontalmente com os princípios basilares da democracia liberal (Schedler, 2006).

A experiência da AfD na Alemanha, país em que o nazismo está expressamente tipificado como crime, evidencia que, sem a permanente vigilância contra todo resquício autoritário, partidos de feição análoga podem conquistar legitimidade eleitoral e corroer a memória histórica (Mudde, 2021). Trata-se de reconhecer, portanto, que a crise do liberalismo e os discursos



autoritários se retroalimentam, exigindo reformas institucionais, renovação partidária e fortalecimento da educação cívica baseada nos direitos humanos.

| 34

Um dos aspectos mais marcantes desse fenômeno é a maneira como a extrema direita latino-americana se consolidou politicamente na última década. A ascensão de Bolsonaro, Kast e Milei demonstra a diversidade desse espectro, que, embora compartilhe elementos ideológicos comuns, adapta-se às especificidades de cada contexto nacional. Conforme analisado, esses líderes utilizam um discurso que, frequentemente, se ampara na desqualificação das instituições democráticas e no revisionismo histórico, criando um ambiente de instabilidade e fragilização dos mecanismos de governança.

Outro fator essencial para o fortalecimento dessa extrema direita é o uso estratégico das redes sociais como ferramenta de mobilização e difusão de narrativas polarizadoras, além das *Fake News*. Nesse sentido, defende-se que as plataformas digitais desempenham um papel crucial na disseminação de desinformação e na construção de identidades políticas baseadas no confronto e na rejeição do adversário. Com isso, o discurso antissistema, a negação de fatos históricos e os ataques a direitos fundamentais são ampliados pelo ambiente digital, onde algoritmos reforçam conteúdos extremistas e fomentam “bolhas ideológicas”. Esse cenário, portanto, desafia as democracias latino-americanas, uma vez que os processos eleitorais e o debate público são cada vez mais influenciados por campanhas de manipulação informacional e apelos emocionais.

Diante desse contexto, o futuro político da América Latina dependerá da capacidade das instituições democráticas de resistirem ao autoritarismo e da articulação de forças progressistas em torno de um projeto transformador. Não basta conter a extrema direita: é preciso enfrentar desigualdades, promover inclusão social e reconstruir a confiança na política. Além do mais, o combate à desinformação e o estímulo à participação cidadã são desafios ainda enfrentados. Com isso, a defesa da democracia exige alternativas concretas e representativas



que respondam às demandas sociais e enfrentem as causas do avanço da extrema direita.

## | 35 Referências

ARAUJO, Rafael. Revolução, bicentenário e socialismo do século XXI: uma comparação entre Bolívia, Equador e Venezuela. In: LAPKSY, Igor; SCHURSTER, Karl; TEIXEIRA, Francisco Carlos (orgs.). Instituições sul-americanas no tempo presente: caminhos da integração. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

AZEVEDO, Bruno dos Santos. *A Doutrina de Segurança Nacional e a “nova direita” na América Latina: uma análise do caso brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Foz do Iguaçu, 2024, 127p.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Ideologia e intolerância: a extrema direita latino-americana e a atuação no Brasil dos herdeiros do Eixo. *Aurora*, v. 11, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2018.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. 1995

BOBBIO, Norberto. Para uma definição da direita reacionária. *Revista de Ciências Sociais da UEMS*, v. 2, n. 2, p. 4-19, 2022. Revisão técnica de Rafael Salatini e Érica Salatini. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/rcs/article/view/6880/5113>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BONNET, Alberto. *El ascenso de Milei en Argentina y las nuevas extremas derechas de América Latina*. Bogotá: Papel Político; Pontificia Universidad Javeriana, v. 29, 2024. DOI: 10.11144/Javeriana.pap029.aman

BORÓN, Atilio. Estado, Capitalismo e democracia na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003, 320p.

GOLD, J.; ZAGATO, L. Onda Rosa, Maré Rosa e Redemocratização na América do Sul. 2020.

LIMA, M.; PINHEIRO, A. Onda Azul e Onda Conservadora: mudanças ideológicas no Cone-Sul. *Revista de Estudos Regionais*, 2020.



CALVEIRO, Pilar. Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina. Buenos Aires. Colihue. 2008.

CARUNCHO, Lucía. La extrema derecha en el extremo sur: los liderazgos de Javier Milei y Jair Bolsonaro en Argentina y Brasil. *Revista Temas y Debates*, São Paulo, ano 28, n. 48, jul.–dez. 2024, p. 61–84.

CHAVES, Daniel; RODRÍGUEZ, César; BARRET, Patrick. ¿Utopía revivida? Introducción al estudio de la nueva izquierda latino-americana. In: CHAVES, Daniel; RODRÍGUEZ, César; BARRET, Patrick (eds.). *La nueva izquierda en América Latina*. Madrid: Libros de la Catarata, 2008.

DIEGUEZ, Consuelo. O ovo da serpente: Nova Direita e Bolsonarismo: seus bastidores, personagens e chegada ao poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DULCI, T; MECCHI, P. Apresentação: Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe. In: DULCI, T.; MECCHI, P. (Org.). *Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe*. 1ed. v. 1, p. 9-26. Pedro & João Editores. São Carlos, 2023.

FICO, C.; FERREIRA, M. M.; ARAÚJO, M. P. (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

FORCHERI, Miguel. Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul. Bauru: EDUSC, 2004.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.

GAUDICHAUD, F. “Fim de ciclo na América do Sul? Movimentos populares, governos ‘progressistas’ e alternativas ecossocialistas”. *Lutas Sociais*, vol. 20, nº 36, p. 52-65, 2016.

GONZÁLEZ, Luis Eduardo; QUEIROLO, Rosario. Izquierda y derecha: formas de definir las, el caso latinoamericano y sus implicaciones. Ediciones Universidad de Salamanca - América Latina Hoy, Salamanca, v. 65, 2013, p. 79-105. Disponível em: <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh20136579105>>. Acesso em: 13 dez. 2019.



IBRAHIM, Cesar Antonio Calojon. A ascensão do Bolsonarismo no Brasil do século XXI. 2 Ed. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

IGNAZI, Piero. *Extreme Right Parties in Western Europe*. New York: Oxford University Press, 2013.

| 37

KALTWASSER, Cristóbal Rovira; ESPINOZA, Gonzalo; MELÉNDEZ, Carlos; TANSCHKEIT, Talita; ZANOTTI, Lisa. *Apoio e rejeição à ultradireita: estudo comparado sobre Argentina, Brasil e Chile*. [S.l.]: Friedrich Ebert Stiftung, 2024. 44 p. ISBN 978-65-87504-99-5. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/21539.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Johns Hopkins University Press, 1996.

LISSARDY, Gerardo. Milei presidente: suas propostas para transformar a Argentina são realmente viáveis? *BBC News Brasil*, 20 nov. 2023.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LUNA, Juan Pablo; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Orgs.). *The resilience of the Latin American right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

MASCHIETTO, Roberta Holanda. A ascensão da extrema-direita no mundo: convergências, diferenças e o papel da história. *CEBRI-Revista*, v. 3, n. 11, p. 9-15, jul./set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.54827/issn2764-7897.cebri2024.11.01.01.9-15.pt>.

MAYER, R. R. *Direita populista radical na América Latina: os casos da Argentina, Brasil, Chile e El Salvador*. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 9, n. 2, 18 abr. 2024.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38.

MONTE, Lucas Araújo. *A onda azul na América Latina: um estudo comparado entre as direitas de Chile e Brasil*. 2022. 312 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.



MUDDE, Cas. A direita radical populista: uma normalidade patológica. Tradução de Rodrigo Tavares R. Palacio. *Em Tese*, Florianópolis, v. 18, n. 01, p. 1–26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-6288.2021.e80501>. Acesso em: 23 maio 2025.

MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

PADRÓS, E. S. Usos da memória e do esquecimento na História. *Rev. Literatura e Autoritarismo*, v.1, n. 4, 2004.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Chile e Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. *The Rise of the Radical Right in the Global South*. 1. ed. Routledge, 2023.

RONIGER, Luis; SZNAJDER, Mario. A reconciliação nacional e o potencial disruptivo. In: \_\_\_\_\_. *O legado de violações de direitos humanos no Cone Sul*. São Paulo: Perspectiva, 2004. 388p.

ROSENMAN, Marcos. *Tiempos de Oscuridad. Historia de los golpes militares en América Latina*. Madri: Akal, 2013.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SANAHUJA, J. A.; LÓPEZ BURIAN, C.; VITELLI, M. The rise of the new far right in Latin America. Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (Eds.). *The rise of the radical right in the global south*. Abingdon: Routledge, 2023. p. 112-124. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4324/9781003193012-7>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: Sergio Abranches et al. *Democracia em risco?* p.307-322 Companhia das letras, São Paulo, 2019.

VASCONCELOS, Daniela. Autoritarismo, direitos humanos e redemocratização: uma análise comparativa da justiça de transição no Brasil e na Argentina. *Revista Andina de Estudios Políticos*, Lima, Vol. III, nº 1, pp.134-165, 2013.



VOMMARO, G. La ultraderecha en Argentina: Entre el oportunismo y la innovación de Milei. *Fundación Friedrich Ebert*, nov. 2023. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/chile/20671.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

| 39 WASSERMAN, Claudia. A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates. *Diálogos*, v. 17, n. 2, p. 11-31, 2013. Disponível em: Acesso em: 4 mar. 2025.

WRIGHT, Thomas C. *State Terrorism in Latin America: Chile, Argentina and International Human Rights*. Lexington: Roman & Littlefield Publishers, 2007.

ZANOTTI, L.; ROBERTS, K. M. (Aún) la excepción y no la regla: La derecha populista radical en América Latina. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 30, n. 1, p. 23-48, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.26851/rucp.30.1.2>>. Acesso em: 8 mar. 2025.

ZIBLATT, D. *Conservative Parties and the Birth of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/9781139030335>>. Acesso em: 8 mar. 2025.